

**PARECER DO CONTROLE INTERNO 089/2023-CIGM**

**ORIGEM:** Setor de Licitação

**ASSUNTO:** Solicitação de Parecer ao Contrato-065/2023-PMO (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano), no Registro de Preços, nº07/2022-SRP-PMO.

**REQUERENTE:** Pregoeira e Equipe de Apoio

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 6.652/2005, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público.

Veio a conhecimento desta Unidade Central de Sistema de Controle Interno, o processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº07/2022-SRP-PMO**, que pede análise e parecer dos contratos administrativos.

**I - DA ANÁLISE PROCEDIMENTAIS**

Em exame, quanto as cláusulas contratuais existentes na celebração do contrato administrativo com a Empresa (R.A.A FERREIRA-ME, CNPJ nº03.619.760/0001-70), verificou-se que:

1. Consta a cláusula do objeto adjudicado e homologado.
2. Consta a cláusula de reajustamento de preços.
3. Consta a cláusula de vigência dos contratos.
4. Consta o instrumento da minuta do contrato.
5. Consta as cláusulas que define os direitos, as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
6. Consta a cláusula que declare competente o fórum da sede de administração para dirimir qualquer questão contratual.
7. Consta cláusula de define os casos de rescisão.

ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ  
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

8. Consta cláusula que estabeleça o reconhecimento dos direitos de administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art.77 da lei nº 8.666/93.
9. Consta cláusula que estabeleça a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.
10. Consta cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, incompatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
11. Consta cláusula que define o regime de execução e forma de fornecimento.
12. Consta a cláusula que define os prazos de início de entrega e de observação de recebimento definitivo.
13. Consta cláusula que elege o foro da comarca de Oriximiná ,para dirimir as questões referentes ao instrumento.
14. Consta certidões fiscais atualizadas.
15. Consta a designação dos servidores Sra. BHENDA KEROLAYNE DO CARMO VINHOTE, CPF nº 025.816.222-88, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.

A Unidade Central de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados das cláusulas contratuais, conclui-se, que o contrato firmado entre o vencedor do certame obedece ao disposto na legislação pertinente a matéria Lei nº. 8.666/93.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Oriximiná - PA, 14 de abril de 2023.

Maurício de Oliveira Rodrigues  
Assessor de Controle Interno  
Port. 456/2022